



Congelamento salarial de servidores deve ser suspenso, defende CNDH

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) divulgou nota defendendo a suspensão do congelamento salarial de servidores públicos, instituído pelo governo como contrapartida para o auxílio financeiro aos Estados e Municípios. O conselho aponta que servidores já vem sendo penalizados nos últimos anos e cita a falta de reajuste há mais de três anos da maioria da categoria, além do aumento de alíquotas de contribuição previdenciária impostas desde março e que superam 14%.

Servidores também não tem direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a garantia de estabilidade não significa o impedimento de demissões. Dados da CGU apontam que desde 2003 mais de 16.600 servidores foram demitidos, o que representa mais de duas demissões, cassações ou destituições por dia.

O cotidiano pesado e violações por omissão do Estado foram apontados como um dos fatores da precariedade dos servi-

ços prestados a população, reflexo da falta de investimento e falência do Estado que não são culpa dos servidores públicos. "Com este brutal congelamento salarial, somente na área federal, o governo pretende economizar R\$ 43 bilhões, este valor é ínfimo, comparado aos R\$ 1,5 trilhão anual que o País paga de dívida pública, esta sim a verdadeira parasita e assaltante dos cofres públicos", destaca a nota do CNDH.

Vitais para o desenvolvimento do Brasil

A nota reforça ainda a importância dos servidores para o desenvolvimento do Brasil e combate às desigualdades sociais. O conselho condena a intenção do governo em fazer economia sobre a categoria e que o País só poderá superar seus principais problemas com um quadro de servidores motivados e um serviço público de qualidade que atenda com dignidade a população.

Condsef/Fenadsef



O Sindsep/MA convoca os seguintes filiados para comparecerem à sede do sindicato munidos de seus documentos pessoais para tratarem de assunto de seu interesse.

Maria Luiza Gomes Serrão
Maria Luiza de Lima Carvalho
Maria Luiza Ferreira Santos
Maria Luiza Silva
Maria Loudiney Ferreira Carneiro
Maria Madalena Maximo Diniz
Maria Madalena Moreira Silva
Maria Leir de Matos Moreira
Maria Lima das Chagas
Maria Raimunda Costa Santos
Lilian Patricia de Aguiar Viana
Maria Ozana Moreira do Nascimento
Maria Olimpia Penha Viegas
Maria Olimpia Alves dos Santos
Maria Nasareth Luz
Maria Minolda de Paula Pinto Cruz
Maria Marcy Milhomem de Sousa
Maria Madalena Santos dos Santos
Maria Raimunda Ferreira da Silva
Maria Raimunda Lopes Espindola
Maria Raimunda Mendes P. dos Santos
Lielza Ribeiro
Saraya Cristina de Aguiar Viana Mendes
Maria Raimunda Amaral Barros
Maria Raimunda Pereira Mourão

CORONAVÍRUS

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER >>

www.cut.org.br/editoria/coronavirus



Uma sociedade cansada em uma era de incertezas

Cândida da Costa *

Talvez grande parte da sociedade brasileira esteja aprendendo algumas lições. A valorizar o sistema único de saúde. A cobrar mais dos governantes. A perceber a incoerência e a irresponsabilidade do governo federal no cumprimento de suas atribuições. Mas, há um fato muito importante a se notar no momento atual: o esgarçamento da solidariedade social na nossa sociedade.

O grupo de pessoas em pobreza extrema no Brasil, que inclui os que vivem com menos de 1,9 dólar por dia, foi ampliado em cerca de 170 mil novos integrantes em 2019 e encerrou o ano passado com 13,8 milhões de pessoas, o equivalente a 6,7% da população do país. É o quinto ano seguido no qual o número de brasileiros na miséria cresce. Essa piora no grupo dos mais desassistidos ocorreu apesar de uma pequena melhora na renda média dos brasileiros e de uma ligeira redução da desigualdade no primeiro ano do governo Bolsonaro (PNAD, IBGE, 2019).

No cenário da pandemia, a projeção da estimativa do Banco Mundial é de que 5,4 milhões de brasileiros entrem na linha de extrema pobreza em 2020 ao tempo que prevê retração de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2020, a maior em

120 anos. Caso tal projeção se confirme, teremos no Brasil uma ampliação de 9,3 milhões para 14,7 milhões até o fim do ano do número de pessoas vivendo em extrema pobreza, com menos de US\$ 1,90 por dia ou R\$ 145 por mês.

A política trabalhista adotada pelo governo Jair Bolsonaro, de retirada e retração dos direitos trabalhistas, atacou duramente o poder aquisitivo dos trabalhadores, via redução de jornada de trabalho e salários dos trabalhadores do setor privado e congelamento salarial dos trabalhadores do setor público.

A pesquisa IBGE Covid, divulgada em 16.06.2020 já revela os impactos da ausência de uma política de geração de trabalho e renda no país. No mercado de trabalho, 28,5 milhões de pessoas estão procurando uma vaga ou não procuraram devido à pandemia, segundo a pesquisa que acompanhou o impacto da quarentena no mercado de trabalho. São 10,9 milhões de desocupados, o que representa uma taxa de desemprego de 11,7%.

São 17,7 milhões trabalhadores (as) que não conseguiram procurar emprego, são potenciais desempregados. Esse montante representa os brasileiros que estão fora da força de trabalho e gostariam de estar trabalhando, mas não

procuraram uma ocupação ou por causa da pandemia ou por não ter trabalho na localidade em que moram.

No fim de maio, o IBGE já havia divulgado na Pnad Contínua que a pandemia do novo coronavírus contribuiu para que 4,9 milhões de posto de trabalho fossem perdidos no Brasil no trimestre encerrado em abril, um recorde na série histórica. Desse total, 3,7 milhões postos de trabalho informais foram perdidos.

A Pnad Covid também demonstrou que o contingente de informais caiu ao longo do mês, indo de 35,7% na primeira semana do mês para 34,5% na última, com redução de 870 mil postos informais no período.

Ao lado dos impactos no mercado de trabalho, o Brasil também enfrenta a política de produção de morte insistentemente levada a cabo pelo governo federal que em nada contribui para o combate da pandemia em curso no Brasil nem para a preservação da vida dos brasileiros e brasileiras.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Pós Doutora em Sociologia (UnB).